

Nesta Edição:

- Senado debate uso de terminais privativos de uso misto
- Renovação de concessões do setor elétrico é objeto de debate na Câmara
- Seminário sobre competitividade conclui debates

## Terminais privativos de uso misto são objeto de debate no Senado

Foi realizada hoje no Senado Federal audiência conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Desenvolvimento Regional (CDR) e Serviços de Infraestrutura (CI) para debater o PLS 118/2009, que altera a Lei dos Portos permitindo que o investidor privado explore as instalações portuárias de uso privativo misto para movimentação de carga própria e de terceiros, independente do percentual de ambas as cargas.

**Mário Lima Junior (Secretaria Especial de Portos – SEP)** falou sobre o histórico de inserção de operadores privados no setor portuário com o surgimento das figuras de terminais privativos e privativos de uso misto. afirmou que a SEP está aguardando maior definição sobre a orientação a ser tomada acerca do tema da movimentação de carga de terceiros em terminais privativos de uso misto.

**Wagner Cardoso (CNI)** lembrou a importância da Lei dos Portos, que tinha três pilares quando de sua elaboração: entrada da iniciativa privada na operação portuária, quebra de monopólio da mão-de-obra avulsa e permissão para movimentação de carga de terceiros em portos privativos. Reforçou que, sobre esse último ponto, a Lei dos Portos falou em movimentação de carga própria e de terceiros, mas não definiu o que seria cada uma delas. O Decreto 6.620/08 trouxe essa definição, mas restringindo a existência de terminais privativos de uso misto. Com isso, o decreto avançou sobre o que estabelecia a lei, impedindo esses terminais.

Defendeu que a posição da CNI é pelo aumento da quantidade de portos, sejam eles privativos ou públicos. Explicou as diferenças básicas entre esses tipos de outorga, apontando as vantagens entre um e outro em termos de custos e retorno de investimentos. Demonstrou que o déficit de infraestrutura tem agravado problemas para a competitividade do setor produtivo brasileiro. Nesse sentido, reforçou a importância da participação do investidor privado para alavancar o setor portuário, defendendo assim a aprovação do PLS 118/09.

**Luiz Fayet (CNA)** explicou sobre as dificuldades vivenciadas pelo agronegócio em decorrência da falta de portos para escoamento da produção. Falou, inclusive, sobre o problema estratégico que isso representa para a posição do país diante da situação atual de oferta de alimentos para todo o mundo. Também defendeu a liberação da participação do investidor privado para correr o risco integral e fazer a construção e operação de terminais privativos com movimentação de carga de terceiros, promovendo assim o desenvolvimento do país.

**Sérgio Salomão (Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público - Abratec)** defendeu que o contêiner foi o catalisador do crescimento do comércio exterior. Explicou que os equipamentos necessários para movimentar os contêineres nos navios atuais são diferenciados e que os terminais entregues à iniciativa privada não estão adaptados a essa realidade. Falou sobre o crescimento de empregos

## painel

### ■ Medidas Provisórias devem perder eficácia

Governo, relator e oposição conversaram até o início da noite, mas não houve acordo possível para votar a Medida Provisória 556/11 nesta quarta-feira. As votações do Plenário foram canceladas.

A MP 556 tem prazo de validade até 31 de maio. Até lá, não haverá tempo hábil de votá-la na Câmara e no Senado. Também perderá o prazo a MP 557/11, que ainda não foi votada.

### ■ Oposição e governo juntos contra MP 556

No lado do governo, houve descontentamento com a decisão do relator da MP 556, deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), de excluir os dispositivos que elevam o teto da alíquota da Cide-Combustíveis incidente sobre a comercialização e importação de etanol.

Já a oposição é contra a proposta de incluir na MP a flexibilização das regras de licitações para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do sistema público de ensino. Pelo texto do relator, essas obras serão enquadradas no Regime Diferenciado de Contratações (RDC), já aplicado às obras da Copa e das Olimpíadas.

nos terminais públicos e sobre o fato de que esses portos são atualmente os responsáveis pela movimentação de cargas em contêineres. Defendeu o modelo de concessão de terminais públicos, posicionando-se contrariamente ao projeto de lei.

**Wilen Manteli (Associação Brasileira de Terminais Portuários – ABTP)** lembrou que sua entidade defende tanto os operadores de terminais públicos quanto os de operadores privados. Nesse sentido, afirmou que a divergência em torno desse tema tem fragmentado e atrapalhado os terminais de indústria, que têm importância estratégica para o setor produtivo. Apresentou dados sobre a movimentação de cargas de importantes portos privados hoje em funcionamento. Defendeu que os portos privados e os públicos são complementares e que há espaço para todos, diante da demanda no Brasil.

A senadora Kátia Abreu (PSD/TO), autora do projeto de lei, defendeu sua proposição, argumentando sobre a necessidade de incremento da estrutura portuária brasileira.

Estavam presentes na audiência diversos senadores: Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Ana Amélia (PP/RS), Armando Monteiro (PTB/PE), Benedito de Lira (PP/AL), Inácio Arruda (PCdoB/CE), José Pimentel (PT/CE), Lídice da Mata (PSB/BA), Lobão Filho (PMDB/MA), Lúcia Vânia (PSDB/GO), Luiz Henrique (PMDB/SC), Sérgio Souza (PMDB/PR).

Também acompanhou a audiência o relator na CAE, sen. Jorge Viana (PT/AC), que apresentou relatório pela rejeição do projeto.

## **Audiência sobre renovação das concessões do setor elétrico**

Dando continuidade à audiência da semana passada, com o Ministro Interino do MME, Márcio Zimmermann, a Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados realizou hoje audiência pública com objetivo de debater a questão da renovação das concessões do setor elétrico, ouvindo as entidades representantes do setor (geradoras, distribuidoras, transmissoras, comercializadores, investidores em autoprodução, consumidores livres e trabalhadores).

**Flávio Neiva (Abrage)** falou sobre a complexidade envolvida na licitação de concessões, pois existem aspectos a serem considerados como o quadro de pessoal e o conhecimento da operação de determinada usina. Além disso, falou sobre o custo econômico que a reversão teria para o país e sobre a inviabilidade de se promover todas essas reversões e de se realizar novas licitações no pequeno período de tempo disponível. Na sequência, falou sobre as vantagens que a prorrogação das concessões teriam, em termos de custos, facilidades e celeridade, mas destacou a necessidade de alteração legislativa para que esse modelo possa ser adotado. Também falou sobre a importância de que essas prorrogações contemplem medidas destinadas à modicidade tarifária. Contudo, sobre esse ponto, destacou que não haveria grande diferença entre a prorrogação das concessões ou a relicitação.

**Mario Menel (Abiape)** lembrou que os consumidores já arcaram com o custos dos investimentos realizados pelos atuais concessionários. Por isso, qualquer que seja a alternativa a ser escolhida, é preciso garantir a redução na tarifa. Contudo, destacou a dificuldade que o governo terá para definir uma metodologia para estabelecer valores de investimentos amortizados. Afirmou que a proposta da Abiape é de modicidade na tarifa (mercado cativo) e modicidade de preços (mercado livre). Reforçou que a indefinição

sobre as concessões está atrapalhando os investimentos no país. Apesar de considerar que o resultado econômico não vá destoar muito (se for escolhida a opção de renovar ou relicitar), a prorrogação mostra-se como melhor opção, pois mantém toda uma estrutura técnica e de trabalho já construída e em funcionamento.

**Paulo Pedrosa (Abrace)** reforçou que a principal preocupação no que diz respeito à energia elétrica no Brasil é a imperiosidade de que o valor da energia seja reduzido. Destacou que a energia é um instrumento importante para as políticas que visam conferir maior competitividade à economia brasileira. Para isso, é preciso enfrentar dois temas: as concessões que estão por vencer e os encargos setoriais nas tarifas. Afirmou que é necessário ter cautela no conceito de modicidade tarifária a ser trabalhado nesse processo, de forma que possam ser beneficiados os consumidores em geral e também as empresas grandes consumidoras de energia, de forma a garantir o aumento de competitividade para o setor produtivo.

**Nelson Leite (Abradee)** lembrou que o MME já se manifestou no sentido da prorrogação das concessões. Nesse sentido, destacou que é preciso agora pensar em como isso será feito. Lembrou de aspectos a serem observados, tais como avaliação dos ativos não depreciados, contratos com fornecedores e consumidores e o prazo para tomada de decisão.

**José Cláudio Cardoso (Abrate)** defendeu que a prorrogação das concessões promove garantia da continuidade e qualidade na prestação do serviço público.

**Claudio Sales (Acende Brasil)** afirmou que a opção do governo deve respeitar princípios econômicos, tratar das falhas de mercado e propiciar o melhor cenário para os consumidores. Lembrou que o Congresso precisará se pronunciar sobre a questão, diante da necessidade de alteração legislativa. Por fim, defendeu que o critério para definição do limite de reversão (investimentos não amortizados) deve ser fixado mediante um processo claro e do qual possam participar os diversos atores envolvidos.

**Reginaldo Medeiros (Abraceel)** destacou a importância da inserção do mercado livre na discussão da renovação das concessões.

**Franklin Moreira Gonçalves (Federação dos Trabalhadores Eletricitários)** afirmou que novas licitações seriam negativas, pois excluiriam os trabalhadores. Defendeu que os contratos não prevejam terceirizações de serviços, deixando a regulação geral desse tema para projeto de lei em debate no Congresso Nacional.

## **Câmara conclui Seminário sobre os desafios da competitividade**

O seminário "*Desafios da Indústria Brasileira Frente à Competitividade Internacional*" concluiu hoje suas atividades com o painel "*Enfrentando os Riscos de Desindustrialização: o Papel dos Empresários e do Estado*", que contou com a participação de: Heloisa Menezes, Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; Francisco Eduardo Pires de Souza, do BNDES; José Augusto Coelho Fernandes, Diretor de Políticas e Estratégia da CNI; Clemente Ganz Lúcio, do Dieese; e Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres – ABRACE.

Pedrosa, da ABRACE, lembrou que o último relatório Focus do Banco Central apontou uma queda na projeção do PIB de 2012 de 3,2% para 3,09% - ou seja, em uma semana perdeu aproximadamente R\$ 4 bilhões em crescimento. Para o presidente da ABRACE, a energia deve ser vista como ferramenta essencial para a política de desenvolvimento econômico, capaz de induzir outros investimentos.

De acordo com o representante do Dieese, o enfrentamento dos riscos de desindustrialização passa por uma profunda qualificação do trabalhador. Segundo Clemente Ganz, essa qualificação não deve ser restringir ser apenas profissional, mas também educacional.

O Diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Coelho Fernandes, afirmou que competitividade é tema central da organização. Na opinião do Diretor da CNI, enfrentar os riscos da desindustrialização exige trabalho duro e árduo, além de coordenação através dos diferentes ministérios da Esplanada. José Augusto ainda defendeu uma agenda preferencial, dividida em três temas (tributação, infraestrutura e relações de trabalho) que poderia ser trabalhada no Congresso e que contribuiria para o aperfeiçoamento da competitividade das empresas brasileiras, como: desoneração das exportações e dos investimentos; ampliação do prazo para recolhimento de tributos; medidas para reduzir o custo de energia, como extinção da cobrança da Reserva Geral de Reversão e elaboração de um projeto que tenha como objetivo central a modicidade tarifária; e regulamentação da terceirização.

Francisco Eduardo Pires, do BNDES, comentou as ações do Banco na promoção da competitividade, destacando as taxas de juros reduzidas, os prazos de financiamentos maiores e o fomento ao mercado de capitais. Heloisa Menezes, do MDIC, afirmou que o grande desafio é conseguir ritmo e velocidade para alcançar resultados no menor prazo.

O seminário foi uma iniciativa das comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.